

INTERESSADOS : SATURNINO PEREIRA e outros  
ASSUNTO : Equivalência de estudos realizados em curso de aprendizagem em Escola SENAI  
RELATOR : Cons. João Baptista Salles da Silva  
PARECER CEE Nº 2986/75 CPG Aprov. em 24/setembro/75  
Com. ao Pleno 29/10/75

## I - RELATÓRIO

### 1 - HISTÓRICO:-

- 1.1 Saturnino Pereira, Paulo Alves de Aquino Filho, Edison Monteiro, Wagner Romano, tendo concluído o Curso de Aprendizagem Industrial na Escola SENAI "Roberto Simonsen", solicitam pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos visando a prosseguir-los no ensino regular de 2º grau.
- 1.2 É o seguinte o histórico escolar dos requerentes
- 1.2.1 Curso Primário, com a duração mínima de 4 (quatro) séries nos estabelecimentos de ensino que indicam em seus requerimentos.
- 1.2.2 Curso de Aprendizagem Industrial, com a duração de 4 (quatro) "termos" na Escola SENAI "Roberto Simonsen", da Capital, onde estudaram: Língua Portuguesa, Educação Física, Desenho (incluindo Educação Artística), Estudos Sociais (incluindo Geografia do Brasil Geografia Geral, História do Brasil, História Geral, Organização Social e Política do Brasil), Educação Moral e Cívica, Ciências Físicas e Biológicas, Programa de Saúde, Higiene, Prática de Oficina.
- 1.2.3 Receberam os Certificados de Aprendizagem correspondentes a conclusão do curso.
- 1.3 A documentação escolar está em ordem e atende às exigências da Resolução CEE - nº 19/65.

PROCESSO CEE-Nº 2913/75 e outros PARECER CEE-Nº 2986/75

### 2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal nº 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal nº 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal nº 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluam disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-nº 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-nº 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

PROCESSO CEE Nº 2913/75 e outros PARECER CEE nº 2986/75

2.5 - O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo - correspondia a um "termo" atual.

2.6 - Os requerentes realizaram curso de aprendizagem com a duração de 4 "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de 4 "termos", ou ainda de 4 "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto, ao mínimo previsto no Paragrafo Único do artigo 12, Deliberação CEE nº 14/73, isto é, 720 horas ( 2880 : 4 séries = 720 horas/aula, por série).

2.7 - O elenco de matérias do currículo do curso que os interessados realizaram é equivalente ao previsto pela Resolução CFE nº 8/71, tendo o Plano do Curso aprovado pelo Pleno (Parecer CEE nº 720/73).

2.8 - Há vários pareceres deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

#### II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de que este Conselho reconheça os estudos realizados por Saturnino Pereira (Proc. CEE nº 2913/75), Paulo Alves de Aquino Filho (Proc. CEE nº 3297/75), Edison Monteiro (Proc. CEE nº 3943/75), Wagner Romano (Proc. CEE nº 3944/75) no curso de aprendizagem ministrado na Escola SENAI "Roberto Simonsen", Capital, como equivalentes aos cumpridos na 8ª série, podendo-se, portanto, autorizar-lhes a matrícula na 1ª série do ensino do 2º grau.

São Paulo, 24 de setembro de 1975  
a) Cons. João Baptista Salles da Silva - Relator

#### III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Primeiro Grau adota como seu Parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada Leme Monteiro, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Therezinha Fram.

Sala da Câmara do Primeiro Grau, em 24 de setembro de 1975

a) Cons. José Conceição Paixão - Presidente